

DIREITO EMPRESARIAL E FINANCEIRO

Licenciatura em Finanças

Código: 16807

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Luciana Ferreira de Melo

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 108h

ECTS: 6,0

Objetivos

O objetivo geral é habilitar os estudantes com conhecimentos e competências nas matérias de Direito Empresarial e Financeiro. Os objetivos específicos pretendem preparar os estudantes para a compreensão e para a importância da criação e funcionamento de empresas e sociedades comerciais, assim como:

- 1) Compreender o conceito geral de empresa;
- 2) Saber identificar sociedades comerciais;
- 3) Conhecer e compreender o regime da Insolvência e Recuperação de Empresas;
- 4) Identificar o contencioso e Reconhecer a responsabilidade criminal dos entes coletivos;
- 5) Solicitar e utilizar Sinais Distintivos do Comércio;
- 6) Reconhecer a importância do Direito da Concorrência e das práticas comerciais leais na defesa dos consumidores;
- 7) Compreender a regulação jurídica das instituições, mercados financeiros e o papel da CMVM.

O objetivo é, sobretudo, dotar os estudantes dos conceitos, instrumentos jurídicos e ferramentas base para, no âmbito profissional, saberem responder adequadamente às principais necessidades jurídicas do mundo empresarial e financeiro.

Resultados da Aprendizagem

Os estudantes devem ser capazes de orientar os seus colaboradores quanto à criação de empresas e sociedades comerciais. Mais, devem ser capazes de analisar as práticas comerciais de acordo com as recomendações nacionais e europeias com vista a práticas leais de concorrência e defesa dos consumidores, assim como aconselhar sobre o modo de utilização de Sinais Distintivos de Comércio. Devem, também, adquirir noções essenciais sobre a insolvência. E ainda entender a base da regulação e supervisão do sistema financeiro, assim com identificar as instituições, mercados e instrumentos financeiros.

Conteúdos Programáticos

CAPÍTULO I – EMPRESAS

1. Conceito de empresa

1.1. Empresa em sentido objetivo

1.2. Empresa em sentido subjetivo

1.3. O estabelecimento comercial

2. O comerciante: Pessoas Singulares ou Pessoas Coletivas (Sociedades Comerciais)

2.1. Pessoas Singulares

2.1.1. O empresário em nome individual

2.1.2. O Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada

2.2. Pessoas Coletivas - Sociedades comerciais

2.2.1. Conceito e elementos essenciais

2.2.2. Personalidade jurídica

2.2.3. Tipos de sociedades comerciais

2.2.4. Alteração, dissolução e liquidação de sociedades comerciais

3. Noções gerais sobre a Insolvência e Recuperação de Empresas

3.1. Pressupostos da declaração de insolvência

3.2. Notas essenciais da fase declarativa do processo de insolvência

3.3. Efeitos da declaração de insolvência.

3.4. PER – breve noção, finalidade e requisitos

4. “Contencioso das empresas”:

4.1. Direito Processual civil

4.1.1. Noção; tipos de ações e formas de processo

4.1.2. AECOPEC e Procedimento de Injunção

4.2. Processo executivo

4.2.1. Títulos executivos e Penhora

5. Direito penal económico e de empresa

5.1. A responsabilidade penal e/ou contraordenacional dos entes coletivos

5.2. As infrações (crimes e contraordenações) no Direito das Sociedades Comerciais

CAPÍTULO II – PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. Conceito e função da Propriedade Industrial

2. A proteção conferida pela atribuição de direitos exclusivos

3. Os sinais distintivos do comércio

4. A concorrência desleal

5. A violação dos Direitos de Propriedade Industrial

CAPÍTULO III - CONCORRÊNCIA, PRÁTICAS COMERCIAIS E PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES

1. Regime Jurídico da concorrência

1.2. Operações de concentração

1.3. Abuso posição dominante

2. Práticas comerciais desleais

2.1. Práticas comerciais enganosas

2.2. Práticas comerciais abusivas

3. Proteção dos consumidores

3.1. Direitos do consumidor

3.2. Cláusulas abusivas/proibidas

3.3. Direito de arrependimento

CAPÍTULO IV – DIREITO FINANCEIRO E DOS MERCADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

1. O mercado monetário e financeiro

- 1.1. O Mercado dos Valores Mobiliários
2. Instrumentos financeiros
3. As autoridades de regulação e controlo
4. A tutela sancionatória: contraordenações e crimes
 - 4.1. O crime do insider trading (abuso de informação privilegiada)
 - 4.2. O crime de manipulação de mercado
5. O papel da CMVM

Bibliografia Recomendada

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, Curso de Direito Comercial, Volume I, 12.^a ed., Almedina, Coimbra, 2019. ISBN: 9789724080192

- ASCENSÃO, Oliveira; VINCENTE, Dário Moura, Direito da Propriedade Industrial, 3.^a edição, AAFDL Editora, Lisboa, 2019. ISBN: 9789726293125

- GONÇALVES, Luís Manuel Couto, Manual de Direito Industrial, 8.^a edição, Almedina, Coimbra, 2019. ISBN: 9789724078243

- EPIFÂNIO, Maria do Rosário, Manual de Direito da Insolvência, 7^a Edição- Reimpressão 2020, Almedina, Coimbra, 2019. ISBN: 9789724077918

- GOMES, José Luís Caramelo, Lições de Direito da Concorrência, Almedina, Coimbra, 2016. ISBN: 9789724043548

- SILVA, Miguel Moura e, Direito da Concorrência, AAFDL Editora, Lisboa, 2018. ISBN: 9789726291855

- CORDEIRO, A. Barreto Menezes, Manual de Direito dos Valores Mobiliários, 2^a Edição- Reimpressão 2019, Almedina, Coimbra, 2018. ISBN: 9789724076874

- CÂMARA, Paulo, Manual de Direito dos Valores Mobiliários, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2018. ISBN: 9789724077451

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos da unidade curricular são definidos para garantir que os estudantes cumpram os objetivos propostos com aproveitamento. A matéria objeto do programa da unidade curricular corresponde àquela que se afigura essencial às competências próprias de um profissional na área financeira. A perspetiva é sempre colocada nos atos que se inserem nas competências profissionais futuras, e da atividade típica e mais relevante das

empresas. Nesse sentido:

- O ponto 1. do capítulo I corresponde a uma introdução sobre o conceito de empresa definida no objetivo 1);
- O ponto 2. do capítulo I visa satisfazer o objetivo 2) da Unidade Curricular;
- O ponto 3. do capítulo I visa satisfazer o objetivo 3) da Unidade Curricular;
- Os pontos 4. e 5. do capítulo I visam satisfazer o objetivo 4) da Unidade Curricular;
- O capítulo II visa satisfazer o objetivo 5) da Unidade Curricular;
- O capítulo III visa satisfazer o objetivo 6) da Unidade Curricular;
- O capítulo IV visa satisfazer o objetivo 7) da Unidade Curricular.

Métodos de Avaliação

A metodologia de avaliação do 1.º ano desta Licenciatura rege-se pelos seguintes pontos:

1. Aos estudantes inscritos a todas as UC do 1.º ano, pela primeira vez, aplica-se a seguinte Metodologia de Avaliação:

Classificação Final UC = 85% Avaliação da UC + 15% Projeto, na Avaliação Contínua e Época de Exames 2.º semestre. A classificação do Projeto provém da nota obtida na avaliação contínua.

Classificação Final UC = 100% Avaliação da UC, na Época Especial de Exames, Melhoria de Nota e Época Excepcional, caso se aplique (a classificação do Projeto não é considerada).

Validade do Projeto: Avaliação contínua e Época de Exames do ano letivo em que foi realizado.

Avaliação da UC (50h): 85%

Sistema de avaliação contínua: consiste na realização de dois testes escritos, o primeiro com a ponderação de 45% e o segundo com a ponderação de 40% na nota final, e de um trabalho escrito, com a ponderação de 15% na nota final. A classificação obtida, em cada um dos testes, tem de ser superior a 7 valores e a classificação obtida, no trabalho, tem de ser superior a 9,5 valores. Avaliação UC = Nota do 1º teste * 45% + Nota do 2º teste * 40 % + Nota do trabalho * 15%.

Sistema de avaliação em época de exames do 2º semestre: consiste na realização de 1 exame: Avaliação da UC = Nota Exame * 100%.

Em ambos os casos: Não há lugar a prova oral; Não é permitida a utilização de legislação anotada, telemóveis, smartphones, smartwatches durante os testes/exame.

Projeto (10h): 15% – A realização do projeto é obrigatória, obedecendo aos critérios de avaliação definidos para o efeito. Presença obrigatória nas Skills e nas aulas de 27.05.2024 até 07.06.2024. A constituição dos grupos deve estar concluída até 14.03.2024.

2. Aos estudantes que não estão inscritos em todas as UC do 1.º ano, pela primeira vez, aplica-se a Metodologia de Avaliação referida no ponto 1. No entanto, estes estudantes não realizam projeto, tornando-se obrigatório a realização de um trabalho de substituição. O tema e a natureza deste ficam ao critério de cada docente. Estes

estudantes deverão comunicar, obrigatoriamente, até ao dia 14.03.2024 que irão realizar o trabalho de substituição. Na ausência de comunicação assume-se que o estudante não pretende fazer o trabalho de substituição, estando automaticamente reprovado na avaliação contínua.

3. Aos estudantes com estatuto de trabalhador estudante emitido pelos serviços académicos aplica-se a Metodologia de Avaliação referida no ponto 1. No entanto, estes estudantes podem optar pela realização do projeto ou pelo trabalho de substituição. A opção tem de ser comunicada, obrigatoriamente, até ao dia 14.03.2024. Na ausência de comunicação assume-se que o estudante não pretende fazer o projeto/trabalho de substituição, estando automaticamente reprovado na avaliação contínua. Caso optem pela realização do projeto, é obrigatória a presença nas Skills e nas aulas de 27.05.2024 até 07.06.2024. Caso optem pela realização do trabalho de substituição, o tema e a natureza deste ficam ao critério de cada docente.

4. Casos Excepcionais: Aos estudantes referidos nos pontos anteriores, que não realizem o projeto/trabalho de substituição, aplicam-se as seguintes regras:

§ Avaliação Contínua: Considera-se falta a um elemento de avaliação – Classificação Final de “Faltou”;

§ Época de Exames 2.º semestre: Considera-se zero na componente da avaliação relativa ao projeto/trabalho de substituição. Classificação Final máxima: 85% da classificação da avaliação da UC.